

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 20

Março - 2011

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

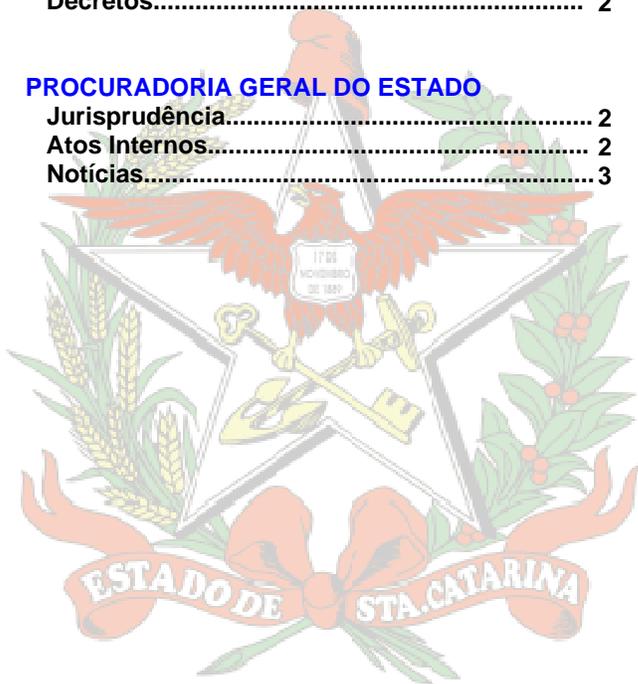
Decretos..... 2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência..... 2

Atos Internos..... 2

Notícias..... 3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO
Nelson Antônio Serpa

SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Decretos

DECRETO Nº 028, de 1º de fevereiro de 2011

Altera o Decreto nº 1.836, de 6 de novembro de 2008, que veda a nomeação de cônjuge, companheiro(a) ou parente, para cargo em comissão, de confiança ou de função gratificada na administração pública estadual direta e indireta e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 029, de 4 de fevereiro de 2011

Altera a redação do §5º. do art. 6º. do Decreto nº 2.322, de 12 de maio de 2009, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 031, de 4 de fevereiro de 2011

Introduz as Alterações 2.640 a 2.642 no RICMS/SC e dá outras providências.

DECRETO Nº 032, de 4 de fevereiro de 2011

Introduz a Alteração 2.643 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 033, de 4 de fevereiro de 2011

Altera dispositivo do Decreto nº 3.557, de 6 outubro de 2010, que disciplina procedimentos relacionados à Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e informações à Previdência Social – GFIP.

DECRETO Nº 034, de 4 de fevereiro de 2011

Revoga regimes especiais não cadastrados no aplicativo denominado Tratamento Tributário Diferenciado – TTD.

DECRETO Nº 035, de 4 de fevereiro de 2011

Dispõe sobre a contratação de pessoal, a qualquer título e sob qualquer forma, a aquisição de materiais e serviços no âmbito da administração direta, autárquica e funcional do Poder Executivo estadual.

DECRETO Nº 048, de 14 de fevereiro de 2011

Introduz a Alteração 2.644 no RICMS/SC e dá outras providências.

DECRETO Nº 053, de 17 de fevereiro de 2011

Introduz a Alteração 2.645 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 059, de 23 de fevereiro de 2011

Decreta Situação de Emergência no Sistema Prisional e no Sistema de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional do Estado e estabelece outras providências.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

JURISPRIDÊNCIA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Recurso Especial Nº 1.221.968 (2010/0212386-0)

Data da publicação: 22 de fevereiro de 2011

RELATOR: MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

RECORRENTE: MIGUEL GOMES COSTA

RECORRIDO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Ementa

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. EXAME PSICOTÉCNICO. REQUISITOS PARA LEGITIMIDADE.

CUMPRIMENTO NO CONCRETO.

1. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento segundo o qual a realização de exames psicotécnicos em concursos públicos é legítima, desde que (I) haja previsão legal e editalícia para tanto, (II) os critérios adotados para a avaliação sejam objetivos e (III) caiba a interposição de recurso contra o resultado, que deve ser, pois público. Procedentes.

2. Da leitura do acórdão recorrido, extrai-se que todos os requisitos colocados pela jurisprudência foram atendidos no caso concreto. Trechos do acórdão recorrido.

3. Recurso especial não provido.

ATOS INTERNOS

PORTARIA/GAB/PGE Nº 009/2011, de 2 de fevereiro de 2011

Designa procuradores para exercerem, em conjunto ou separadamente, as atribuições que lhes conferem os artigos 132, da Constituição Federal, e 69, I, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005.

PORTARIA/GAB/PGE Nº 010/2011, de 7 de fevereiro de 2011

Dispensa a interposição de recursos de apelação, especial extraordinário, em processos judiciais cujo pedido tenha por objeto o pagamento do Prêmio Educar, instituído pelo Lei Estadual nº 14.406/2008, aos servidores em gozo de férias, licença-maternidade e paternidade (CF, arts 7º, incisos XVII, XVIII e XIX c/c 39, § 3º), licença para tratamento de saúde, licença-prêmio e afastamento para concorrer a cargo eletivo. Parágrafo Único – Nos processos mencionados no presente artigo, fica também dispensada a interposição de recursos de apelação, especial e extraordinário, contra a concessão de efeitos pretéritos em Mandado de Segurança, ou seja, com efeitos patrimoniais anteriores à data da propositura da ação mandamental.

PORTARIA/GAB/PGE Nº 011/2011, de 14 de fevereiro de 2011

Designa servidora para conduzir sindicância investigativa nos moldes do artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 491, de 20 de janeiro de 2010.

PORTARIA/GAB/PGE Nº 012/2011, de 14 de fevereiro de 2011

Designa Procuradores do Estado para constituírem a Comissão Gestora do Sistema PGE.Net.

PORTARIA/GAB/PGE Nº 013/2011, de 14 de fevereiro de 2011

Delega ao Subprocurador-Geral do Contencioso a competência para receber citações e notificações, bem como para autorizar a dispensa de ajuizamento de ação para ressarcimento ao erário estadual, nos casos de acidentes de trânsito em que não fique comprovada a culpa grave e/ou dolo do agente público causador do dano.

PORTARIA/GAB/PGE Nº 014/2011, de 14 de fevereiro de 2011

Altera a composição da Comissão do 8º Concurso Público para ingresso na Carreira de Procurador do Estado de Santa Catarina.

PORTARIA/GAB/PGE Nº 015/2011, de 15 de fevereiro de 2011

Concede licença sem remuneração a servidora da PGE.

PORTARIA/GAB/PGE Nº 016/2011, de 15 de fevereiro de 2011

Designa comissão encarregada da avaliação do estágio probatório dos Assistentes Jurídicos lotados na Procuradoria

Geral do Estado.

PARECER Nº 52, de 1º de fevereiro de 2011

Autor: Angela Cristina Pelicoli

Origem: Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Ementa: Não há incidência da retenção da contribuição previdenciária sobre jetom pago aos vogais da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

NOTÍCIAS

Encontros setoriais na PGE

O procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, junto com o primeiro escalão da instituição, realizou encontros com os diferentes setores da Procuradoria com o objetivo de fazer um levantamento sobre o volume e tipos de processos em andamento sob a responsabilidade da PGE, visando a otimização da sua fluência. Os encontros setoriais reuniram os procuradores que atuam nas diferentes áreas como Consultoria Jurídica, Procuradoria Administrativa e Procuradoria Fiscal.